



1º PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS/2017
PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
CURSO DE DIREITO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Preencha cuidadosamente o cartão de respostas, indicando seu nome e número de inscrição. Ao assinalar a alternativa faça-o com um X ou preenchendo toda a letra escolhida;
2. Não haverá substituição do Cartão de Resposta por erro do candidato.
3. **Não deixe de assinar a folha de presença, pois a falta de assinatura, mesmo se apresentado o cartão de respostas, implicará na exclusão do processo seletivo;**
4. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, contadas da autorização dos fiscais de sala para o início da prova;
5. Você poderá, decorrido uma hora de prova, levar o seu caderno de questões. Se pretender entregar o cartão de respostas antes do tempo mínimo, deverá deixar os cadernos de provas objetiva com o fiscal de mesa, mas poderá anotar o seu gabarito;
6. Nos dois dias seguintes ao de realização da prova (entre 14 e 18h), você poderá obter seu caderno de questões na sede da Procuradoria da República;
7. Antes de iniciar a prova, verifique atentamente o caderno de questões, a fim de verificar eventual problema de impressão;
8. Não será permitida qualquer forma de consulta durante a realização desta prova;
9. Não será permitido o uso de celulares, *paggers* ou qualquer outro meio de comunicação durante o tempo de realização da prova, devendo tais aparelhos permanecerem desligados;
10. **Tenha calma ao ler as questões e boa prova!**

PROCESSO CIVIL

1) De acordo com o Novo Código de Processo Civil o Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nos processos que envolvam as seguintes hipóteses, além de outras previstas em lei ou na Constituição Federal, **exceto**:

- a) interesse público.
- b) interesse de incapaz.
- c) litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.
- d) todos e os litígios em que haja participação da Fazenda Pública.
- e) interesse social.

2) Ainda acerca do tratamento dado ao Ministério Público pelo novo Código de Processo Civil, infere-se que:

- a) o Ministério Público goza de prazo em dobro para manifestação nos autos quando atuar como fiscal da lei, sendo-lhe deferido o mesmo tratamento das partes em relação ao prazo quando atuar nesta condição.
- b) quando atuar como fiscal da lei o Ministério Público terá vistas dos autos sempre antes das partes.
- c) a intimação pessoal do Ministério Público pode ser feita por carga, remessa ou meio eletrônico e com ela tem início o prazo para o *Parquet* se manifestar.
- d) como o novo Código de Processo Civil previu o prazo para o Ministério Público se manifestar não se aplicam ao *Parquet* os prazos próprios previstos em leis.
- e) não é permitido ao Ministério Público produzir provas, requerer medidas processuais ou recorrer quando atuar como fiscal da lei.

3) Acerca da competência, julgue as assertivas a seguir e então responda:

I. João, correntista do Banco do Brasil, observou que o banco vinha descumprindo com o dever de acessibilidade, visto que a agência em que possui conta corrente não possuía estrutura adequada, como rampas de acesso, áreas de circulação adequadas, vagas reservadas no estacionamento e filas prioritárias. Dessa forma, buscou o Ministério Público Federal, órgão com legitimidade para ajuizar ação civil pública em face da instituição, tendo em vista ser competência da justiça federal o processamento e julgamento da demanda.

II. O Município de Altamira, em face dos impactos sofridos com empreendimentos nele instalados por financiamento do Canadá, ajuizou demanda em face deste Estado estrangeiro. No caso, por não envolver ente público federal, a competência para julgamento da ação será da Justiça Comum Estadual.

III. As demandas decorrentes de violação de direitos humanos em virtude de descumprimento de tratados internacionais de direitos humanos de que o Brasil seja parte deverão ser propostas perante o juízo federal, pois compete à Justiça Federal processar e julgar as causas relativas a direitos humanos.

IV. É atribuição do Ministério Público Federal a tutela dos direitos indígenas e eventual ação decorrente da disputa desses direitos será intentada perante a Justiça Federal, pois assim determina a Constituição.

- a) As assertivas I, II e III estão incorretas.
- b) Todas as assertivas estão incorretas.
- c) Todas as assertivas estão corretas.
- d) As assertivas I, III e IV estão corretas.
- e) Apenas a assertiva III está incorreta.

4) Sobre as teorias da ação julgue os itens a seguir e, então, responda:

I. De acordo com a Teoria Concretista, defendida por Giuseppe Chiovenda e Adolf Wach, não há ação sem direito e não há direito sem ação, portanto a ação segue a natureza do direito e o processo não possui autonomia científica.

II. A Teoria Imanentista, defendida por Friedrich Carl Von Savigny, entende o direito de ação como autônomo em relação ao direito material, no entanto o direito de ação só existe se existir também o direito material, ou seja, só se pode falar em direito de ação caso o deslinde final do processo seja a favor do autor.

III. Segundo a Teoria Abstrativista, defendida por Heinrich Degenkolb e Alexander Plósz, o direito de ação é autônomo, público e abstrato, pois independe da existência do direito material e de um resultado favorável ao autor.

IV. A Teoria Eclética ou Mista, cujo teórico é Enrico Tullio Liebman, entende por ação direito público, subjetivo, instrumental e de natureza constitucional. O direito de ação existe quando o juiz profere uma sentença de mérito, favorável ou desfavorável ao autor. A Teoria da Asserção, derivada desta, define ação como direito público, subjetivo e Instrumental. Difere da primeira por considerar que as condições da ação devem ser analisadas *in status assertionis*, ou seja, conforme proposta a demanda inicial, de forma que a análise posterior seria um julgamento do próprio mérito da ação.

V. O novo Código de Processo Civil, tentando conciliar as vozes que criticavam a adoção pelo Código de 1973 da Teoria Eclética, passou a entender que dentre as antigas categorias denominadas pelo texto normativo então vigente de condições da ação apenas a legitimidade e o interesse processual continuam ensejando a extinção do processo sem resolução do mérito, de forma que a análise da possibilidade jurídica do pedido passou a implicar julgamento de mérito da ação.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Todas as assertivas estão incorretas.
- c) Apenas I e V estão incorretas.
- d) Apenas III está correta.
- e) Apenas I e II estão incorretas.

5) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) É pressuposto de existência do processo a capacidade processual, tida como a aptidão para ser sujeito de uma relação jurídica processual. Nesse sentido, pode-se afirmar que tem capacidade processual pessoas físicas, pessoas jurídicas, comunidades indígenas e órgãos públicos como o Ministério Público, mas não as crianças, adolescentes e incapazes, que necessitam de representação processual.
- b) Tratando-se de requisito de validade processual, quando verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.
- c) A capacidade postulatória, caracterizada como capacidade técnica para prática de atos processuais, costuma ser privativa dos advogados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública. Para a prática do ato por advogado o Código do Processo Civil exige procuração, sem a qual o ato será considerado nulo por ausência de capacidade postulatória.
- d) A legitimação para agir em juízo distingue-se em legitimidade ordinária e extraordinária, sendo a primeira a defesa de direito próprio em nome próprio e a segunda a defesa de interesse alheio em nome próprio, agindo como representante da parte. É exemplo de legitimidade ordinária a legitimidade do Procurador Geral da República para ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- e) As pessoas casadas sofrem restrição na capacidade de ser parte pois de acordo com o Código de Processo Civil em vigor elas necessitam do consentimento do cônjuge para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, não havendo distinção para tal entre os regimes de bens que possuam.

6) Assinale a opção **INCORRETA** dentre as assertivas abaixo:

- a) A regra da eventualidade preconiza que incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir
- b) Dentre as matérias de defesa que incumbe ao réu alegar verifica-se que a ao suscitar a inexistência ou nulidade da citação ele exerce defesa peremptória, pois que em se tratando de nulidade implicará a extinção do processo sem resolução do mérito.
- c) O ônus da impugnação especificada exige que o réu se manifeste precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, sob pena de presumirem-se verdadeiras as não impugnadas. No entanto, tal regra não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.
- d) A decisão judicial deve ser congruente interna e externamente. Em face da congruência externa é que é vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- e) Os recursos não impedem em regra a eficácia da decisão e podem ser interpostos pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, este tanto como parte quanto como fiscal da ordem jurídica.

CONSTITUCIONAL

7) Assinale a alternativa **CORRETA** acerca da eficácia e interpretação das normas constitucionais:

- a) De acordo com José Afonso da Silva todas as normas constitucionais desfrutam de algum grau de eficácia, embora este possa variar, pelo que elas podem ser classificadas como normas de eficácia plena e aplicabilidade imediata; normas de eficácia contida e aplicabilidade imediata; e normas de eficácia limitada. Nesse sentido, a disposição constitucional que estabelece que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” seria exemplo de norma constitucional de eficácia plena.
- b) Quanto à interpretação constitucional a hermenêutica tradicional alude à existência de elementos de interpretação jurídica, que seriam, segundo Friedrich Carl Von Savigny os elementos gramatical, histórico, lógico e sistemático. Dentre tais elementos o elemento sistemático preconiza que cada norma jurídica deve ser interpretada com consideração de todas as demais, e não de forma isolada.
- c) Theodor Viewheg, em sua obra Tópica e Jurisprudência, propõe um resgate da interpretação voltada à norma e ao sistema, defendendo dever prevalecer a dimensão sistemática do Direito, sendo a resolução do problema concreto mera consequência dessa interpretação.
- d) Ronald Dworkin, teórico norte-americano cuja teoria da interpretação constitucional é aberta à moral, defende que cada caso difícil teria uma resposta correta, a qual deve ser buscada pelo juiz por meio de um procedimento hermenêutico que busque tornar o direito o melhor que ele pode ser de acordo com a vontade das majorias, no sentido da promoção da justiça e democracia.
- e) De acordo com o Princípio da Unidade da Constituição ou da Concordância Prática, a constituição é uma autêntica norma jurídica e não mera proclamação política, devendo ser preferida a interpretação que confira maior efetividade à constituição.

8. Acerca da ordem social, assinale a assertiva **INCORRETA**:

- a) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem do Estado essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se exclusivamente ao Poder Público, seu titular, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- b) Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base na seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- c) São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
- d) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê desde que entrou em vigor que o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

e) De acordo com a Constituição da República de 1988 é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística à manifestação do pensamento, criação, expressão e à informação.

9) Sobre o tratamento constitucional dado ao Ministério Público, assinale a opção **CORRETA**:

a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

b) ao contrário do que ocorre com juízes e magistrados ao membro do Ministério Público é permitido exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

c) Dentre as funções institucionais do Ministério Público a Constituição prevê a função de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. A legitimação do Ministério Público para as ação civil pública nessas hipóteses é privativa, de acordo com a Constituição e as leis.

d) As funções privativas do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

e) Todas as assertivas estão incorretas.

10) Acerca dos direitos e garantias fundamentais assinale a assertiva **CORRETA**:

a) De acordo com entendimento sumulado do STF é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova, documentados ou não em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, que digam respeito ao exercício do direito de defesa.

b) É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral, mas o Supremo Tribunal Federal decidiu que o preso submetido a situação degradante e a superlotação na prisão não tem direito a indenização do Estado por danos morais.

c) é reconhecida a instituição do júri como competente para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, assegurada a plenitude da defesa, o que permite a utilização de argumentos não jurídicos, como sociológicos, políticos, religiosos e morais, para a defesa do réu.

d) não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, ambas consideradas constitucionais e convencionais à luz dos Tratados de Direitos Humanos incorporados ao Ordenamento Jurídico Brasileiro.

e) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais, mas atualmente há apenas um

tratado que foi recepcionado em respeito a tal procedimento e é considerado norma constitucional: a Convenção Internacional sobre Todas as Formas de Discriminação Racial.

11- Sobre Partido Políticos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana, sendo possível que os partidos político detenham caráter regional ou local.
- b) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral do estado de sua sede.
- c) Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da Lei, em sentido amplo, inclusive através de resoluções do TSE.
- d) Os partidos políticos podem se utilizar de organização paramilitar.
- e) A prestação de contas dos Partidos Políticos se dá perante o Ministério Público Eleitoral.

12- Sobre Ordem Social, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Sistema Único de Saúde está previsto na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, motivo pelo qual, na dinâmica constitucional brasileira, representa garantia do direito fundamental à saúde, perfazendo cláusula pétrea, portanto.
- b) A Constituição Federal de 1988 prevê que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada.
- c) A Previdência Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde e à assistência social.
- d) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) O STF já decidiu que, apesar de proibido retroceder em relação a direitos fundamentais já conquistados, podem ser realizadas algumas restrições posteriores em relação a esses direitos, desde que mantido o seu núcleo essencial, como é o caso da previdência social, que vem passando ao longo dos anos por diversas modificações, mas preservada sua existência e finalidade.

13- Sobre Ações Constitucionais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O controle difuso de Constitucionalidade não é exercido pelo Supremo Tribunal Federal, que por ser Corte Constitucional, o faz através de controle concentrado.
- b) O controle de Constitucionalidade brasileiro se baseia tanto na experiência austríaca quanto na americana, albergando, portanto, os modos difuso e concentrado.
- c) O instituto da repercussão geral foi introduzido com a Emenda Constitucional nº 45/2004, a fim de dar funcionalidade ao Controle de Constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal e filtrar a qualidade e quantidade de Recursos Extraordinários que

chegam à Corte.

d) Em regra, não se realiza controle de constitucionalidade de atos normativos anteriores à Constituição Federal de 1988, tendo ela como parâmetro, devendo tal celeuma ser resolvida no âmbito da análise intertemporal do Direito.

e) A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental tem caráter residual.

14- Assinale a alternativa CORRETA:

a) É garantido aos índios a propriedade de suas terras, nos termos da Constituição Federal de 1988.

b) A união homoafetiva é equiparada à heteronormativa para quaisquer efeitos legais, nos termos do que decidiu o STF em controle concentrado de constitucionalidade.

c) O direito à vida é direito fundamental absoluto.

d) Não há nenhum tipo de censura prévia permitida pela Constituição Federal de 1988.

e) Nenhuma das anteriores.

DIREITO ADMINISTRATIVO

15- Assinale a alternativa CORRETA:

a) A criação de empresas públicas e sociedades de economia mista dependem de ato administrativo específico, nos termos do art. 37, XIX da Constituição Federal de 1988.

b) A descentralização administrativa pode se dar através de outorga ou mediante delegação.

c) A descentralização administrativa é exercida através de Poder Hierárquico.

d) Não existe hierarquia na desconcentração administrativa.

e) A desconcentração administrativa se dá no âmbito de mais de uma pessoa jurídica.

16- Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O princípio da organização legal do serviço público comporta exceções, previstas na própria Constituição Federal de 1988.

b) o STF decidiu que as atribuições do cargo público deve ser feita por lei, assim como a alteração dessas atribuições.

c) Cargos e funções devem sempre ser extintos por Lei, por expressa previsão Constitucional.

d) As entidades paraestatais não fazem parte da Administração Pública.

e) Fazem parte da Administração Direta do Estado Brasileiro as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

17- Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Doutrina majoritária aponta que a fiscalização exercida pelo Ministério Público em relação {as fundações, nos termos do art. 66 do Código Civil, é dirigida apenas às fundações privadas.
- b) A teoria do mandato explica a representação que exercem os agentes públicos do Estado através da imputação.
- c) A Teoria do Órgão trata de imputação, e não de representação.
- d) Segundo Celso Antonio Bandeira de Melo, o funcionário de fato é aquele cuja investidura foi irregular mas cuja situação tem aparência de legalidade.
- e) Órgãos públicos são plexos de competência sem personalidade jurídica.

18- Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O princípio da supremacia do interesse público, apesar de não expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, permeia a atuação da Administração Pública Brasileira.
- b) O regime jurídico-administrativo apresenta como pilares essenciais a supremacia do interesse público e a sua indisponibilidade.
- c) O poder extroverso da Administração Pública expressa bem a ideia de supremacia do interesse público.
- d) Os interesses públicos primários são os interesses diretos do povo, os interesses gerais imediatos. Já os interesses públicos secundários são os interesses imediatos do Estado na qualidade de pessoa jurídica, titular de direitos e obrigações.
- e) O interesse público secundário é legítimo mesmo quando vai de encontro com o interesse público primário.

19- Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O princípio da legalidade expressa a vontade autônoma da Administração Pública.
- b) Os agentes públicos em geral guardam com a Administração Pública uma relação especial de sujeição, que restringe o exercício de alguns direitos fundamentais no comparativo com os outros membros da sociedade.
- c) O princípio da publicidade se apresenta como garantia de transparência dos administrados, não servindo como pressuposto de eficácia dos atos administrativos.
- d) O princípio da eficiência foi consagrado na ordem constitucional brasileira desde promulgação da Constituição Federal de 1988.
- e) Nenhuma das anteriores.

20- Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Segundo a teoria da culpa administrativa, o dever de o Estado indenizar o dano sofrido pelo particular somente existe caso seja comprovada a existência de falta do serviço.
- b) Pela teoria do risco administrativo, a atuação estatal que cause dano ao particular faz nascer para a administração pública a obrigação de indenizar, independentemente da existência de falta do serviço ou de culpa de determinado agente público.
- c) Pela teoria do risco administrativo, a responsabilização civil da administração pública dispensa a prova de culpa na sua atuação, mas é possível ela eximir-se da obrigação de indenizar, caso comprove culpa exclusiva do particular que sofreu o dano, ou alguma outra excludente.
- d) Segundo a Constituição Federal de 1988, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- e) Segundo doutrina e jurisprudência majoritárias, a Constituição Federal de 1988 adotou, em sede de responsabilidade, a teoria da responsabilidade objetiva na modalidade risco integral.

PENAL

21) Considere as seguintes situações:

I- Fulano, servidor público federal, solicita R\$ 200,00 para emitir relatório favorável na fiscalização da empresa de Sicrano.

II- Fulano oferece R\$ 100,00 para que Sicrano, policial rodoviário federal, não lhe aplique multa pela infração de trânsito cometida.

III- Fulano, servidor do cartório de uma Vara Federal, exige que Beltrano, advogado, lhe pague R\$ 50,00 para efetuar o protocolo de uma petição.

Assinale a alternativa que contém a tipificação correta dos crimes cometidos por Fulano, na ordem apresentada supra.

- a) Corrupção Ativa – Concussão – Corrupção Passiva
- b) Corrupção Passiva – Corrupção Ativa - Concussão
- c) Concussão – Corrupção Ativa – Corrupção Passiva
- d) Corrupção Passiva – Corrupção Ativa – Corrupção Passiva
- e) Corrupção Ativa – Corrupção Passiva – Corrupção Ativa

22) Considere as seguintes afirmações:

I- Considera-se praticado o crime no momento do resultado, independentemente do momento da ação ou da omissão

II- Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou a omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

III- Os crimes cometidos contra a vida ou a liberdade do Presidente da República, quando cometidos no estrangeiro, ficam submetidos a lei penal brasileira ainda que o agente tenha sido absolvido no estrangeiro.

Assinale a alternativa que contém as afirmações **CORRETAS**, segundo o Código Penal:

- a) I, II e III
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) II, apenas.

23) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa que contém **APENAS** causas excludentes de ilicitude:

- a) estado de necessidade e imprudência.
- b) prescrição e perdão judicial.
- c) Legítima defesa e potencial consciência da ilicitude.
- d) Inexigibilidade de conduta diversa e estrito cumprimento de dever legal
- e) Exercício regular de direito e estado de necessidade.

24) Fulano, advogado, foi escolhido para ser Presidente de Mesa nas eleições municipais, função transitória e não remunerada. Após receber as devidas instruções para a execução da função, Fulano recebeu um envelope contendo R\$ 80,00 para despesas com a alimentação dos mesários de sua seção, dos quais deveria ficar com R\$ 20,00 e entregar os R\$ 60,00 restantes para demais mesários. Contudo, no dia das eleições, ao ser inquirido sobre a verba para a alimentação, Fulano disse aos colegas que, em razão da crise econômica nacional, o valor havia sido reduzido para R\$ 10,00, tendo repassado tal quantia para cada um deles e se apropriado dos R\$ 30,00 restantes.

Assinale a alternativa que contém o crime cometido por Fulano na situação descrita supra.

- a) Apropriação Indébita
- b) Estelionato
- c) Peculato
- d) Excesso de exação
- e) Concussão

25) José, procurador legal de seu genitor Antônio, efetuava saques de benefícios previdenciários de seu pai. Após o óbito de Antônio, em 2012, José continuou efetuando os saques por dez meses, a fim de quitar dívidas do falecido, ocasionando um prejuízo de mais de vinte mil reais ao INSS. Em qual crime incorreu José?

- a) Furto qualificado por ter sido praticado mediante fraude aos sistemas do INSS, visto que José estava devidamente cadastrado para efetuar saques em nome de Antônio;
- b) Apropriação indébita previdenciária, eis que José se apropriou de quantia devida pelo INSS ao seu genitor;
- c) Apropriação indébita, pois se apropriou de dinheiro público;
- d) Estelionato com aumento de pena por ter sido praticado em detrimento do INSS;
- e) Estelionato contra idoso, visto que grande parte das pessoas que recebe benefícios do INSS são idosos;

26- Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- b) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- c) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.
- d) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- e) O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, reduz a pena pela metade; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

PROCESSO PENAL

27) Escolha a assertiva que contém apenas crimes de competência exclusiva da Justiça Federal:

- a) tráfico internacional, moeda falsa e pornografia infantil praticada através de site na internet;
- b) contrabando, sonegação fiscal e trabalho escravo;
- c) desmatamento, descaminho e tráfico de pessoas;
- d) corrupção, peculato e concussão;
- e) uso de documento falso, estelionato previdenciário e falso testemunho.

28) Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O Ministério Público pode realizar diretamente a investigação de crimes, incluindo, a possibilidade de afastar o sigilo bancário de investigados, independentemente de autorização judicial;
- b) O inquérito não pode servir como único fundamento para a condenação criminal;
- c) É inepta a denúncia fundamentada apenas em notícia de crime anônima;
- d) A nulidade ocorrida durante o inquérito policial não acarreta a anulação de processo penal
- e) O indiciamento é ato de atribuição exclusiva da autoridade policial.

29) De acordo com o Código de Processo Penal, são causas de absolvição sumária do acusado, **EXCETO**:

- a) existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
- b) a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;
- c) que o fato narrado evidentemente não constitui crime;
- d) extinta a punibilidade do agente;
- e) prescrição virtual da pretensão punitiva do Estado.

30) Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta um critério de fixação da competência jurisdicional, nos termos do Código de Processo Penal:

- a) O lugar da infração;
- b) A natureza da infração;
- c) a conexão ou a continência
- d) o domicílio ou residência da vítima;
- e) o domicílio ou residência do réu.

1º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS -2017
ESPELHO DE RESPOSTAS - DIREITO
Identificação do Candidato

NOME: _____ INSC: _____

ASSINATURA: _____

<i>QUESTÃO</i>	<i>RESPOSTA</i>				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E